



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## **Patrimonialização cultural e musealização social e territorial no Rio de Janeiro: repertórios de ação nas disputas pela cidade<sup>1</sup>**

**Mariana Albinati**

IPPUR/UFRJ e Observatório das Metrôpoles

**Táisa Sanches**

IPPUR/UFRJ e Observatório das Metrôpoles

### **Sessão Temática 08: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo**

---

**Resumo.** A governança da cidade do Rio de Janeiro, nas últimas décadas, foi marcada pela lógica neoliberal empreendedorista, que tem como uma de suas principais características as parcerias com o mercado e instituições privadas na produção e renovação do espaço urbano. Tal realidade é vivida e enfrentada de formas distintas pelos diversos grupos sociais da metrópole, que buscam preservar suas memórias e reivindicar sua permanência nos espaços vividos. Neste artigo, nos centramos em analisar práticas de comunalização do patrimônio cultural e de musealização social e territorial como repertórios de ação no processo de enfrentamento popular ao modelo de governança atual.

Palavras-chave: patrimônio; museus; cultura; ativismos; comuns.

### **Cultural heritage and social and territorial musealization in Rio de Janeiro: repertoires of action on disputes for the city**

---

**Abstract.** The governance of the city of Rio de Janeiro, in recent decades, has been marked by the entrepreneurial neoliberal logic, which has as one of its main characteristics the partnerships with the market and private institutions in the production and renovation of urban space. This reality is experienced and faced in different ways by the various social groups in the metropolis, who seek to preserve their memories and claim their permanence in the spaces they live in. In this article, we focus on analyzing practices of communalization of cultural heritage and social and territorial musealization as repertoires of action in the process of popular confrontation with the current governance model.

Keywords: patrimony; museums, culture; activism; commons.

### **Patrimonio cultural y musealización social y territorial en Río de Janeiro: repertorios de acción en las disputas por la ciudad**

---

**Resumen.** La gobernanza de la ciudad de Río de Janeiro, en las últimas décadas, estuvo marcada por la lógica neoliberal empresarial, que tiene como una de sus principales características las alianzas con el mercado y las instituciones privadas en la producción y renovación del espacio urbano. Esta realidad es vivenciada y afrontada de diferentes formas por los diversos grupos sociales de la metrópoli, quienes buscan preservar sus memorias y reivindicar su permanencia en los espacios que habitan. En este artículo nos centramos en analizar prácticas de comunalización del patrimonio cultural y musealización social y territorial como repertorios de acción en el proceso de confrontación popular con el modelo de gobernanza vigente.

Palabras clave: patrimonio; museos; cultura; activismos; comunes.

---

<sup>1</sup> As pesquisas apresentadas neste artigo tiveram apoio da FAPERJ e CAPES, através de bolsas de pós-doutorado recebidas pelas autoras.

## Introdução

O Brasil é historicamente marcado por desigualdades sociais e segregação espacial, porém essa realidade foi ainda mais acentuada a partir da preparação do país para os megaeventos da última década, com a ampliação das políticas neoliberais do Estado brasileiro.

A cidade do Rio de Janeiro, em particular, ademais de sediar os Jogos Olímpicos, foi um dos municípios que recebeu jogos da Copa do Mundo de 2014, o que contribuiu para que os interesses econômicos, sociais e políticos se voltassem aos bairros mais próximos dos eventos, aprofundando as desigualdades socioespaciais da capital do Estado. Orlando Alves dos Santos Júnior (2015) denomina de “governança empreendedorista neoliberal” (p.454) o processo segundo o qual criam-se ambientes favoráveis à geração de lucro, sustentados na cultura empreendedora, com foco em parcerias público-privadas subordinadas ao mercado, e portanto direcionadas a áreas específicas da cidade onde o capital produz rentabilidade.

Os aspectos simbólicos que compõem essas estratégias ganham relevo em uma sociedade marcada pela centralidade da cultura, onde se pode observar a aproximação crescente entre a gestão urbana e as políticas econômicas e culturais, produzindo novos sentidos para uma série de práticas culturais, em especial aquelas produzidas pelos grupos sociais urbanos subordinados pelo projeto neoliberal. Em que pese a emergência e visibilização, especialmente desde a década de 1970, de lutas por reconhecimento apoiadas em identidades culturais, o papel central que a cultura ocupa na sociedade na conjuntura atual não pode ser considerado fora da sua conexão visceral com as dinâmicas do capitalismo.

Essa conjuntura, conforme Fredric Jameson (2001), é marcada por uma desdiferenciação de campos econômico e cultural, “fazendo com que tudo, inclusive a produção de mercadorias e a alta especulação financeira, se tornasse cultural, enquanto que a cultura tornou-se profundamente econômica, igualmente orientada para a produção de mercadorias” (p.73). É importante compreender com Jameson que a incorporação dessa desdiferenciação pelo *status quo*, embora promova uma valorização da cultura em termos de estima social, coloca em foco o seu potencial de valorização econômica dos mais diversos produtos, inclusive os lugares.

No bojo desse processo de mercantilização da cidade, onde a cultura assume um papel cada vez mais relevante, os grupos subordinados organizados em movimentos sociais produzem repertórios de ação diversos, destacando-se, nos últimos anos, aqueles que operam na esfera simbólica. As lutas por reconhecimento de identidades territoriais, nesse contexto, emergem como requisito na disputa por recursos materiais que deveriam ser garantidos como direitos.

O texto apresentado procura analisar os processos de apropriação da memória social por diferentes grupos subordinados enquanto repertórios de ação, que são produzidos pelos movimentos sociais nas lutas por bens materiais e simbólicos. Nesse sentido, o texto se debruça sobre experiências recentes de comunalização do patrimônio cultural e produção de museus sociais e territoriais na cidade do Rio de Janeiro.

A partir de pesquisas realizadas pelas autoras nos últimos anos, procura-se demonstrar que os grupos subordinados que resistem na cidade encontram e criam formas de ação que podem ser compreendidas como disputas em torno da comunalização dos espaços na cidade.

Conforme Sanches (2020, p.54), “é possível pensar os museus sociais como estratégias de criação de uma identidade social que integra as heranças do passado e o ser presente, de forma a unir recursos para disputar o cotidiano da cidade”. No mesmo sentido, a apropriação do patrimônio cultural, seja pela crítica aos bens tombados e registrados ou pela reivindicação e produção de outras patrimonializações, também opera nas lutas pelo direito à cidade.

## 1. Musealização e patrimonialização como repertórios de ação

A categoria “repertórios de ação”, conforme proposta por Charles Tilly (1995), é acionada no texto para tratar de lutas urbanas que promovem a apropriação da memória social por diferentes grupos subordinados, fenômeno que se expressa na organização dos museus sociais e territoriais e também nas práticas que encaram o patrimônio cultural como bem comum. O autor criou a categoria para definir as formas de ação fundamentais para a existência de movimentos sociais, que não podem ser analisados a partir das experiências individuais dos atores envolvidos – o que para ele seria um reducionismo individualizante imenso:

A palavra repertório ajuda a descrever o que acontece, identificando um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo de escolha relativamente deliberado. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas não descendem da filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. As pessoas aprendem a quebrar janelas em protesto, atacar prisioneiros com pilhagem, derrubar casas depredadas, organizar marchas públicas, petições, realizar reuniões formais, organizar associações de interesses especiais. Em qualquer ponto particular da história, no entanto, eles aprendem<sup>[1]</sup> (Tilly, 1995, p.42 – a tradução é nossa)

A compreensão das práticas de musealização e patrimonialização promovidas por grupos subordinados como repertórios de ação coloca em perspectiva a utilização das memórias sociais na construção de alternativas favoráveis à vida nos territórios populares, quer seja em processos contenciosos ou em tentativas de diálogo com o Estado. Ao tomarmos a categoria “repertórios de ação” para analisar o fenômeno dos museus, concordamos com Tatagiba et al., que consideram que “o conceito remete a uma valorização da memória e do saber da ação coletiva” e traz em si o aprendizado de luta adquirido pelos grupos, que emergem das experiências de mobilização. Ademais, pode-se compreender tal estratégia como uma tradução da demanda por moradia a um leque amplo da população, como veremos adiante.

Ao produzirem e utilizarem esses repertórios de ação com forte caráter simbólico, os movimentos sociais incidem sobre diferentes aspectos da sua subordinação, impostos pela governança empreendedorista neoliberal. Quatro usos ou funções dos repertórios acionados merecem ser aqui destacados. Em primeiro lugar, através de repertórios de ação ligados à musealização e patrimonialização, os grupos subordinados se colocam em luta pelo seu reconhecimento enquanto sujeitos políticos territorializados. Em segundo lugar, observa-se que a relação dos movimentos sociais analisados com as memórias e imaginários dos grupos subordinados compreende esses recursos simbólicos como bens comuns a esses grupos. Esses bens comuns são acionados, por sua vez, como meio de defesa do direito à permanência desses grupos nos territórios reivindicados em situações de ameaça de remoção. Por fim, a afirmação e visibilização dessas memórias sociais se coloca ainda como contraface dos expedientes de estigmatização e de criminalização dos movimentos sociais e dos territórios populares, buscando a valorização social dos grupos subordinados em sua existência plena, material e simbólica.

A análise dos repertórios de ação em tela, portanto, aciona ainda os conceitos de reconhecimento (FRASER, 2007; HONNETH, 2007) e de comuns (FEDERICI, 2014; 2017; DARDOT e LAVAL, 2015; 2017; HARVEY, 2014), fundamentais para a compreensão dos fenômenos observados.

A partir do advento do neoliberalismo e do início da chamada etapa flexível do capitalismo, constitui-se na vida social uma espécie de *ethos* cultural (FRASER, 2007) que coloca em evidência os aspectos simbólicos na interpretação da realidade social. Esse *ethos* cultural é a base da mudança das políticas de cidadania da redistribuição para o reconhecimento, ou seja, o foco nos direitos iguais e na minoração dos efeitos das lutas de classes muda para os direitos diferenciais.

Axel Honneth (2007) afirma que as lutas por reconhecimento não são um fenômeno recente, pois a questão sempre esteve embutida nas regras que definem a desigual distribuição dos recursos

produzidos na sociedade capitalista, que derivam “do grau de estima social desfrutado pelos grupos sociais, de acordo com hierarquias institucionalizadas de valor” (p.92). Desse modo, os conflitos sobre distribuição são travados junto às lutas por reconhecimento, ou seja, são sempre “lutas simbólicas pela legitimidade do dispositivo sociocultural que determina o valor das atividades, atributos e contribuições” (*ibid.*).

Nancy Fraser (2007) coloca a questão do reconhecimento em termos de status social dos diferentes grupos, propondo o modelo de paridade participativa. Para a autora, as injustiças sociais possuem duas dimensões, uma econômica e outra cultural, ou, em outras palavras, uma dimensão de classe e outra de status, que não devem ser reduzidas uma a outra. Essa formulação teórica afirma a necessidade de reconhecimento voltada não para identidades específicas, mas ao status dos membros do grupo como “parceiros plenos na interação social”, de forma a superar sua subordinação. Assim, independente das identificações culturais dos sujeitos, para fins de justiça e do seu acesso a uma distribuição equitativa, “somente aquelas reivindicações que promovem a paridade de participação são moralmente justificadas” (p.128).

Já a idéia de comum, é relevante para a compreensão das possibilidades desenhadas pelas políticas culturais que vem sendo elaboradas por agentes que não requerem a propriedade ou a gestão exclusiva sobre bens patrimonializados, assim como pelos agentes criam museus sociais em territórios afetados pela gestão empreendedorista, de forma a apropriar-se de sua própria história e memória.

O conceito ganhou notoriedade nos últimos anos, a partir da publicação de alguns textos que vieram ocupar lugar de destaque nos estudos das ciências humanas e, especialmente, a partir da compreensão sobre sua adequação, em suas variantes, para pensar o momento contemporâneo, marcado pelo regime neoliberal através do qual a mercantilização se estendeu a todas as esferas da vida social. As reflexões teóricas e práticas sobre os processos de constituição de comuns e de bens comuns urbanos (HARVEY, 2014) vêm se fortalecendo a ponto de constituírem um princípio político, o comum, que ajuda a articular e reconhece a potência de uma pluralidade de lutas, resistências e alternativas radicais ao Estado e ao mercado (TONUCCI FILHO e MAGALHÃES, 2017).

Muitas das lutas que se opõem ao neoliberalismo são animadas e orientadas pelo comum, um princípio político que contraria a crescente onda de cercamentos daquilo que é considerado patrimônio “comum” da humanidade (a natureza, o espaço público, as culturas, o conhecimento, etc.), se contrapondo ao movimento de incorporação da lógica da mercadoria em toda e qualquer esfera da vida. (TONUCCI FILHO e MAGALHÃES, 2017, p.434)

Este princípio político, o comum, se opõe à propriedade privada sem se confundir com a propriedade pública do Estado, embora possa ser produzido a partir de bens públicos.

A governança empreendedorista neoliberal, conforme Santos Junior (2015), contribui para o acirramento das desigualdades socioespaciais urbanas, uma vez que não leva em conta o conjunto do território. No período de preparação para os meageventos algumas localidades da cidade do Rio de Janeiro receberam grande concentração de investimentos, dentre elas a região portuária do Centro, onde foi implementada a operação urbana consorciada Porto Maravilha, e a Barra da Tijuca, onde foi construído o Parque Olímpico.

## **2. Patrimônio como bem comum na região portuária**

Nos bairros portuários, observou-se a consecução de uma série de projetos renovadores com caráter mercadológico (sob o guarda-chuva do grande projeto Porto Maravilha, implementado a partir de 2009), capitaneados por agentes do mercado associados aos governos, apoiados na retórica do espaço “vazio” e “degradado”. Em resposta ao projeto renovador, nesse período uma

série de agentes que tinham naquele território seu espaço de vida e/ou referências de memórias pessoais e coletivas, procuraram construir a imagem do lugar como uma centralidade histórica e cultural, justificando esforços no sentido de sua patrimonialização.

A categoria do patrimônio cultural, embora historicamente tenha sido relegada a um papel político de reforço do poder das elites e constituição de identidades espaciais que escamoteiam desigualdades e invisibilizam determinados sujeitos da produção do espaço urbano (ABREU e CHAGAS, 2003), vem sendo investida de um novo significado político, a partir de um entendimento mais amplo, como o proposto por Gonçalves, que fala dos patrimônios, no plural, como “sistemas de relações sociais e simbólicas capazes de operar uma mediação sensível entre o passado, o presente e o futuro” (GONÇALVES, 2009). Esse esforço de ampliação dos significados e possibilidades de apropriação dos patrimônios culturais amplia também a potência do patrimônio enquanto objeto de práticas de comunalização,

Afinal os seres humanos usam seus símbolos sobretudo para agir e não somente para se comunicar, o patrimônio é usado não apenas para simbolizar representar ou comunicar, é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio de certo modo constrói, forma as pessoas (GONÇALVES, 2009, p.31).

Ora pelo viés da aproximação com uma ancestralidade negra, ora na busca da construção de novas historiografias sobre o papel de negros e negras no cotidiano carioca, os processos de patrimonialização em curso na região portuária da cidade reivindicam a apropriação das memórias e imaginários dessa população, ou seja, seu entendimento e construção como bens comuns urbanos (HARVEY, 2015). A patrimonialização entendida como produção de comuns, neste caso, contraria e busca superar os efeitos das narrativas acionadas na justificção do Porto Maravilha, que invisibilizam a presença e a ancestralidade negra na região, afirmando aquele espaço como um lugar desabitado, um vazio funcional e simbólico, marcado somente por usos incompatíveis com o projeto renovador e a nova rodada de mercantilização promovida sobre o espaço.

Embora contemple, a partir do desenterramento do Cais do Valongo e das lutas pela visibilização desse achado arqueológico, uma série de símbolos da cultura negra, a política cultural do Porto Maravilha se refere à escravização de africanos e seus descendentes de forma pacífica e passada, em um movimento que retira da narrativa histórica a sua potência crítica e transformadora das condições presentes, permitindo e incentivando somente o elogio de parte das expressões culturais afro-brasileiras. Esse caráter pacificador pode ser observado, por exemplo, na criação, como parte do Porto Maravilha, de um Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, que inclui o Cais do Valongo entre outros marcos territoriais históricos – o Cais da Imperatriz, a Pedra do Sal, o Jardim Suspenso do Valongo, o Largo do Depósito, o Centro Cultural José Bonifácio e o Cemitério dos Pretos Novos – reunindo símbolos do período escravista, da produção cultural negra e da Reforma Urbana do início do século XX em uma mesma narrativa celebrativa e pacificadora.

Além do controle da narrativa histórica, um dos expedientes do branqueamento territorial descrito por Santos (et al, 2018), observado no Circuito Histórico e Arqueológico, observa-se também em outras ações da política cultural implementada pelo Porto Maravilha a espoliação do capital simbólico coletivo (HARVEY, 2005) produzido pela população que historicamente construiu na região do entorno do Porto do Rio seu espaço de reprodução social, marcado pela resistência cultural que deu ao lugar o título de Pequena África, cunhado pelo poeta Heitor dos Prazeres.

Se o esvaziamento de significados e o apagamento simbólico da população negra tem sido os expedientes prioritários adotados na gestão do território da Pequena África, a aproximação entre as ideias e práticas que constituem o comum e os patrimônios culturais visa uma politização das

memórias e bens culturais afinada com as concepções radicais de enfrentamento das estratégias neoliberais que atingem, na contemporaneidade, os cantos mais recônditos da esfera psicossocial. Vale salientar, conforme José Reginaldo Gonçalves, que

um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado nem das iniciativas do mercado, embora estejam intimamente associados a estas. Não depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público (2009, p.245-246).

O patrimônio cultural pode ser encarado como um comum e, no caso do patrimônio inserido em espaços onde a governança neoliberal se impõe, como um bem comum urbano ameaçado. Nesse sentido, é importante notar que a chave de entendimento do conceito de bens comuns urbanos está na apropriação social. David Harvey denomina “bens comuns urbanos” aos frutos da produção coletiva de grupos sociais disponíveis para sua apropriação não mercantil (HARVEY, 2014). Não se trata simplesmente dos espaços públicos, pois, embora estes favoreçam a existência de práticas de comunalização, só se tornam comuns quando efetivamente apropriados e comunalizados por grupos sociais. O comum é, então, fruto da apropriação social, prática que transforma o que estava somente disponível em algo próprio no sentido subjetivo, tomado por usos/práticas que correspondem aos desejos e ao repertório simbólico dos usuários/praticantes.

O ambiente e a atratividade de uma cidade, por exemplo, é um produto coletivo de seus cidadãos, mas é o mercado do turismo que capitaliza comercialmente esse comum (...). Por meio de suas atividades e lutas cotidianas, os indivíduos e grupos sociais criam o mundo social da cidade ao mesmo tempo em que criam algo de comum que sirva de estrutura em que todos possam abrigar-se. Embora esse comum culturalmente criativo não possa ser destruído pelo uso, pode ser degradado e banalizado pela utilização abusiva (HAVEY, 2014, p.146).

A repolitização do patrimônio que vem sendo promovida na região portuária do Rio de Janeiro por diferentes grupos culturais e movimentos sociais, contra o branqueamento do território (SANTOS *et al*, 2018), produz novos lugares e práticas que atualizam a herança africana. Lugares que, embora possam ser abertos a todo tipo de público, inclusive a população branca e turistas de várias partes do mundo, guardam para a população negra o sentido de comum, como se no espaço indistintamente acessível houvesse uma camada compartilhada e apropriada apenas por membros deste grupo social, a partir de entendimentos específicos construídos na sua experiência de subordinação e especialmente contra ela.

Além dos casos apresentados, na cidade do Rio de Janeiro, observa-se a existência dos museus sociais e territoriais em espaços marcados negativamente pela gestão empreendedorista. Um dos casos exemplares é o do Museu das Remoções, na Vila Autódromo, criado em meio à preparação da cidade para as Olimpíadas. Outras iniciativas, no entanto, se reestruturaram a partir das transformações urbanas recentes, como o Museu de Favela, localizado na comunidade Pavão-Pavãozinho e o Museu do Horto, na comunidade vizinha ao Jardim Botânico da cidade.

### **3. Musealização social e territorial nas favelas**

Na seção anterior, vimos como os processos de patrimonialização cultural podem funcionar como estratégias de enfrentamento às condições impostas pelo projeto neoliberal empreendedorista que reina na cidade do Rio de Janeiro há pelo menos duas décadas. A existência de museus sociais e territoriais na cidade também se mostra como instrumento de resistência ao avanço de tais políticas, embora esses espaços não estejam necessariamente situados em áreas que passaram por processos de gentrificação recentes, como acontece atualmente na região portuária.

Grande parte dos museus situa-se nas favelas cariocas e busca, de forma geral, ampliar o reconhecimento das populações faveladas como parte da cidade. Neste sentido, como veremos, a conceitualização dos comuns urbanos oferece um caminho analítico interessante,

principalmente porque possibilita a compreensão das disputas e contradições presentes no espaço.

Atualmente, existem cerca de 20 museus sociais e territoriais na cidade do Rio de Janeiro, sendo a preservação da memória como instrumento de luta um tema fundamental nessa rede. O reconhecimento institucional<sup>[2]</sup> dos museus comunitários da cidade do Rio de Janeiro tem suas origens no Programa Cultura Viva, do extinto Ministério da Cultura, e posteriormente no Programa Pontos de Memória, criado em 2009 através de uma parceria entre com o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça. Segundo informações encontradas na página do programa na web, ele consistia em

um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira [3].

A página informa ainda que as ações desenvolvidas visavam a garantir o direito à memória a populações que “requerem maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais”.

O Programa Pontos de Memória identificou, inicialmente, doze<sup>[4]</sup> comunidades localizadas em bairros periféricos do Brasil (dentre elas, a Pavão-Pavãozinho, no Morro do Cantagalo, Rio de Janeiro), reconhecidas por desenvolver “um trabalho sistemático de identificação, registro, compartilhamento e preservação de suas memórias” (ALCÂNTARA, 2019, p.173). As comunidades selecionadas integraram um projeto-piloto do programa e a experiência foi replicada nos anos seguintes, seguindo a mesma lógica.

Como resultado desta política nacional, diversas comunidades da cidade do Rio de Janeiro foram incentivadas a compartilhar suas memórias através da formação de museus. Em uma Conferência do Movimento Internacional por uma Nova Museologia, realizada em 2013, lançou-se um manifesto que propunha a

museologia com intenção de mudança social, política e econômica, a partir da mobilização social, por intermédio de um processo de conscientização vinculado à memória e que reconhece as tensões e os vários tipos de violências sofridas pelos seres e agentes portadores de memória (Idem, p. 432)

O movimento de transformação museológica, mais tarde denominado Nova Museologia, nasce no final dos anos 1970, de mãos dadas aos grandes movimentos sociais da época, tais como movimento feminista e movimento negro, todos buscando de certa forma explorar as possibilidades de descolonização do mundo em que estavam inseridos.

No Brasil, durante a ECO-1992, no Rio de Janeiro, o tema ganhou relevância nas discussões, e o Ecomuseu de Santa Cruz foi o primeiro museu de território a ser reconhecido na cidade e reconhecer-se dentro desta nova perspectiva museal.

O ano de 1993 foi importante no desenvolvimento da perspectiva social dos museus. Foi então que os termos museologia social e sociomuseologia foram oficialmente registrados e passaram a ser utilizados para enfatizar o caráter político da proposta, assim definida:

A museologia social (...) está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros (CHAGAS E GOUVEIA, 2014, p.17)

É interessante notar que a própria utilização do título de museu possibilita diferentes perspectivas acerca da proposta denominada “museologia social”. Tal abordagem se distancia da linguagem

tradicional dos museus, que os incluíam dentre as instituições de manutenção de hierarquias sociais. Myrian Sepulveda dos Santos (2015), ao propor uma análise sociológica dos museus tradicionais, aponta que estavam direcionados à manutenção de distinções de classe:

podemos perceber que há uma disputa pela legitimação de determinadas áreas do conhecimento e da cultura. O valor da obra de arte, o bom gosto, o paladar refinado, a genialidade do artista, todos são aspectos não só constituídos socialmente, mas capazes de dar poder aos que conseguem legitimar seus produtos culturais como bons ou autênticos (Idem, p.57)

A proposta dos museus sociais, por outro lado, está muito mais interessada em transformações sociais do que na manutenção de hierarquias de classe através da apropriação de bens culturais, e luta justamente contra isso. Nesta medida, é interessante pensar em como a manutenção da memória é fundamental na construção do cotidiano de luta por permanência e moradia vivenciada pela maioria das comunidades que abrigam os museus sociais da cidade do Rio de Janeiro. Dentro dessa perspectiva, os museus não visam a eternidade e têm um caráter que admite sua transitoriedade. Ou seja, podem existir temporariamente, mudar de lugar, mantendo o foco político em ações de agenciamento.

Os museus sociais formados nas comunidades cariocas podem ser entendidos, a partir do colocado, como parte de um movimento dos grupos subordinados de criação de identidades coletivas e de luta por reconhecimento, especialmente com finalidade de garantir o direito à permanência desses grupos em seus espaços de vida diante das ofensivas da governança urbana empreendedorista. Isso porque, os museus têm como objetivos preservar a memória da população que vive ou viveu nestes locais e servir como instrumento de luta coletiva; ao passo que demonstram sua existência nos territórios por décadas, buscam negar a ideia de “ocupação irregular” tão utilizada como justificativa para remoções e políticas higienistas.

Tais iniciativas podem ser interpretadas também como parte dos repertórios de ação dos movimentos sociais organizados nas favelas cariocas, ao passo que são fundamentais para a concepção de quadros interpretativos acessíveis à sociedade, ou seja, colocam em linguagem comum suas demandas. Sidney Tarrow (2009) considerava como fundamental a realização desta espécie de tradução que os movimentos são capazes de fazer:

Os movimentos tentam enunciar reivindicações em termos de quadros de significados compreensíveis para uma sociedade mais ampla; usam formas de ação coletiva extraídas de um repertório existente e desenvolvem tipos de organização que frequentemente imitam as organizações às quais se opõe (Tarrow, 2009, p.45)

Como mencionado, na cidade existem hoje diversos museus sociais, dentre eles o Museu do Horto, das Remoções, da Maré e Sankofa da Rocinha. O Museu das Remoções da Vila Autódromo, como exemplo, nasceu em 2015, durante o processo de remoção da comunidade, e foi inaugurado oficialmente em maio de 2016, quando realizou-se uma exposição de esculturas feitas por alunos da Universidade Anhanguera<sup>[5]</sup>, que utilizavam escombros das antigas casas. Localizada ao lado do Parque Olímpico, que foi sede dos Jogos de 2016, a comunidade, que já vinha sofrendo ameaças de remoção há décadas, foi violentamente tratada durante os anos de preparação da cidade para receber o evento. De cerca de 650 famílias moradoras da Vila, restaram 20 que resistiram durante anos às ofensivas de remoção. Meses antes das Olimpíadas, as últimas casas da antiga Vila foram derrubadas, e os moradores que permaneceram foram obrigados a viver em containers durante um tempo. A entrega das 20 novas casas, situadas ao lado de um imenso estacionamento vazio localizado onde antes vivia uma comunidade inteira, foi feita em julho de 2016, dias antes do início dos jogos olímpicos.

Durante o processo de remoção, as famílias se uniram em um movimento social que engloba a participação de universidades<sup>[6]</sup>, pesquisadores e formadores de opinião e passou a organizar diversas campanhas, como a *Urbaniza Já!* e o *Ocupa Vila Autódromo* (BOGADO, 2017). Os

moradores que permaneceram justificam sua luta por questões afetivas que mantinham com a localidade e pelo sentimento de injustiça que aflorou durante as ameaças de remoção.

Myrian Sepúlveda dos Santos (2013), analisando a construção de um Ecomuseu nas antigas instalações das prisões de Ilha Grande, afirma que a memória sempre carrega consigo o esquecimento. É interessante, então, pensar nas formas de construção do que são as memórias a serem mantidas e aquelas que podem cair no esquecimento. Segundo a autora, “a dificuldade de se manter um vínculo com o passado torna-se mais nítida quando os objetos são ruínas e testemunhos” (p.223), uma vez que impossibilitam o esquecimento dos sentimentos a que remetem. No caso da Vila Autódromo, as remoções marcaram intensamente a todos os moradores. José<sup>[7]</sup>, um dos que permaneceram, assim descreve os sentimentos que teve:

Eu fiz uma lista do que eu perdi, do que eu perdi nessa resistência, aí comecei a listar. Estava fazendo curso de teclado, tive que parar. Curso de inglês, tive que parar. Eu trabalhava em três empregos, perdi dois (...). E as coisas que deixei de fazer, o lazer, o social (...). As angústias que eu passei, as tristezas profundas, as depressões que só eu sei, tive que lidar pra passar sozinho com isso sem passar pra ninguém. A cada casa que eu via derrubando era uma facada no meu peito. Me senti traído. Porque as pessoas falam que estavam contigo, aí daqui a pouco está na mudança de madrugada e a gente não vê mais o cara. (José)

Alguns autores veem como tática estatal o abandono de construções semidestruídas em comunidades passando por projetos de remoção, pois o contato direto com os destroços faria aqueles que permaneceram quererem sair o mais rápido possível, facilitando a ação do governo. A manutenção das ruínas serve, de alguma forma, para mostrar a crueldade dos processos de remoção que ocorreram e ocorrem na cidade, e também pode ser compreendida como elemento de criação de identidade frente à disputa por memória. Como colocam Mariana Cavalcanti e Paulo Fontes (2011, p.32), “o sentido da ruína depende, nesse caso, mas talvez também em outras instâncias, em grande medida, de como cada sujeito constrói e narra a historicidade do espaço urbano que produziu a ruína”.

É possível dizer, portanto, que os usos das ruínas e das memórias nos museus sociais e territoriais adquirem significados distintos dependendo tanto dos sujeitos que recorrem a eles, como da temporalidade em que se dão e a qual se referem. Constituem-se, desta forma, como ferramentas para a permanência e reconhecimento dos moradores, sendo fundamentais na luta pelo direito à cidade, entendido como compartilhamento dos processos decisórios e participativos de construção do cotidiano.

#### **4. Conclusões**

A análise realizada neste artigo ilumina as disputas que atravessam os comuns, caracterizadas por conflitos relativos principalmente às disputas por sua apropriação. Tal característica é, ao mesmo tempo, condição para sua existência, ao passo que sem apropriação, não há comunalização. As práticas de patrimonialização e musealização aqui exploradas constituem-se como parte das disputas por comunalização no sentido emancipatório, ao passo que demandam o reconhecimento político de que comuns devem ser protegidos, ou seja, que podem resistir ao poder capitalista.

As experiências de subordinação assentadas na discriminação racial, mas também de classe e territorial, fundamentam a produção de bens comuns através dos quais esses grupos sociais discriminados buscam garantir as condições para sua reprodução social. Para além da reprodução, das necessidades vitais e do cotidiano, os comuns produzidos – neste texto exemplificados pelo patrimônio cultural negro e pelos museus sociais e territoriais nas periferias urbanas – podem ser acionados na mudança do status social desses grupos, como forma de luta e superação de sua subordinação.

Tal superação é buscada pelos movimentos sociais a partir da resistência à governança empreendedorista e da adoção de repertórios diversos, que envolvem (i) ações de busca por reconhecimento enquanto sujeitos políticos territorializados; (ii) a apropriação, pelos grupos subordinados, de suas memórias e imaginários como bens comuns a esses grupos; (iii) a defesa do seu direito à permanência nos territórios reivindicados em situações de ameaça de remoção; (iv) sua existência plena, material e simbólica, como contraface dos expedientes de estigmatização e de criminalização dos movimentos sociais e dos territórios populares. Tais demandas são traduzidas nas práticas de patrimonialização e musealização, utilizando o resgate de memórias coletivas como estratégia.

## Referências

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

ALCÂNTARA, Camila de Fátima Simão de Moura. Museus em periferias urbanas brasileiras. **Horizontes Antropológicos** [On-line], n.53, 2019. Disponível em : <http://journals.openedition.org/horizontes/2939> Acesso em: 22 mai 2020.

BOGADO, Diana. **O Museu das remoções da Vila Autódromo: potência de resistência criativa e afetiva como resposta sociocultural ao Rio de Janeiro dos megaeventos**. Tese de doutorado, Universidad de Sevilla, Sevilha, 2017.

CAVALCANTI, Mariana; FONTES, Paulo. Ruínas industriais e memória em uma “favela fabril” carioca. **Revista História Oral**, v.14, n.1, p.11-35, 2011.

CHAGAS, M.; GOUVEIA, I. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação”. **Cadernos do CEOM**, ano 27, n.41, p.9-22, 2014.

DAROT, Pierre; LAVAL, Christian. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. **Tempo Social**, v. 27, n. 1, p. 261-273, 2015.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO, Renata (Org.). *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Orgs). *Teoria Crítica no Século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os patrimônios e o tempo. *Ciência Hoje*. **Revista de Divulgação Científica da SBPC** . Suplemento Trimestral. Rio de Janeiro, abril 2010.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes – Selo Martins, 2014.

HONNETH, Axel. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Orgs). *Teoria Crítica no Século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007.

JAMESON, Fredric. **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANCHES, Taísa. O museu das remoções somos nós - Cotidiano e memórias na (e da) Vila Autódromo. **Revista Periferia**, v. 12, n. 2, p. 39-56, 2020.

SANTOS, Myrian Sepulveda dos. Por uma sociologia dos museus. **Cadernos do CEOM**, v.27, p.47-70, 2015.

SANTOS Jr., Orlando. “Governança empreendedorista: a modernização neoliberal”. In: RIBEIRO, Luiz Cesar (org). *Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital: 2015.

SANTOS, Renato Emerson; SILVA, Karoline Santos da; RIBEIRO, Lisyane Pereira; SILVA, Naiara do Carmo. **Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo?**. In: RENA, Natacha; et al (orgs.). *Anais do I Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico*. Belo Horizonte: Fluxos, 2018. p.464-490.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. **Popular contention in Great Britain 1758 - 1834**. Paradigm publishers, London, 1995.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. **Cadernos Metrópole**, v. 19, n. 39, 2017.

[1] “The word repertoire helps describe what happens by identifying a limited set of routines that are learned, shared, and acted out through a relatively deliberate process of choice. Repertoires are learned cultural creations, but they do not descend from abstract philosophy or take shape as a result of political propaganda; they emerge from struggle. People learn to break windows in protest, attack pilloried prisoners, tear down dishonored houses, stage public marches, petition, hold formal meetings, organize special-interest associations. At any particular point in history, however, they learn.”

[2] Os museus sociais já existiam antes desse reconhecimento. É o caso, por exemplo, do Museu da Maré, reconhecido em 2006 como Ponto de Cultura. O Museu Sankofa, da Rocinha, também é anterior à política de reconhecimento destas iniciativas, foi inaugurado em 2003.

[3] Fonte: <http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/programa-pontos-de-memoria/> Acesso em maio de 2019.

[4] Brasilândia (São Paulo), Beiru (Salvador), Coque (Recife), Estrutural (Brasília), Grande Bom Jardim (Fortaleza), Jacintinho (Maceió), Lomba do Pinheiro (Porto Alegre), Pavão-Pavãozinho – Cantagalo (Rio de Janeiro), São Pedro (Vitória), Sítio Cerrado (Curitiba), Taquaril (Belo Horizonte) e Terra Firme (Belém).

[5] As esculturas foram resultado de um projeto de extensão do curso de arquitetura da Universidade Anhanguera (sob supervisão da professora Diana Bogado) que realizou atividades de intervenção e requalificação do espaço público.

[6] A comunidade, em conjunto com pesquisadores das Universidades Federal Fluminense (UFF) e Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), elaboraram um Plano de Urbanização da Vila Autódromo, como resposta aos projetos de reassentamento apresentados pela prefeitura. O Plano Popular Vila Autódromo foi premiado pelo Deutsche Bank Urban Age Award Rio em 2013 (<https://www.db.com/cr/en/concrete-Urban-Age-Award-2013.htm>, acesso em julho de 2018).

[7] Nome fictício.